

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

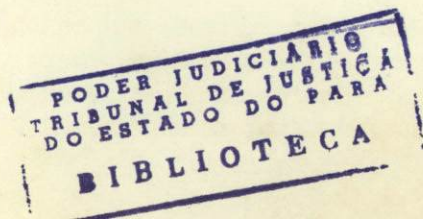
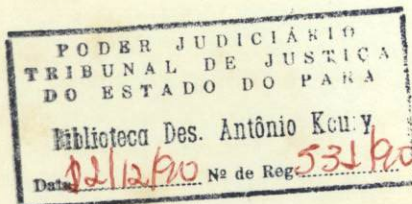
Presidenta:  
Desembargadora LYDIA DIAS FERNANDES

## RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

EXERCÍCIO DE 1980

192509811





# RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

EXERCÍCIO 1980

*Senhores Desembargadores:*

*Cumprindo determinação legal, apresento a Vossas Excelências o relatório dos trabalhos do Tribunal de Justiça no ano de 1980.*

*Os ideais de economia, celeridade e simplicidade do processo tornaram a Justiça uma função do Estado, transformando o Juiz numa figura ativa que dirige o processo e coíbe os abusos, com o fim exclusivo de descobrir a verdade para fazer justiça.*

*O Juiz guia o direito e humaniza a lei, adaptando-a à realidade do momento. Compete-lhe, portanto, decidir a causa, sempre atento às necessidades sociais porque ele é o sentinela da integridade e do progresso da Pátria.*

*Mas, para que a Justiça seja bem distribuída, célere e atual, é necessário uma remodelação da máquina judiciária, sob pena de fazer-se um trabalho defeituoso e inútil. Cumpre, portanto, estendê-la a todos os departamentos judiciários.*

*Após a aprovação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, uma comissão composta de cinco desembargadores adaptou o Código Judiciário à nova Lei. O metucioso trabalho foi encaminhado ao Exmo. Sr. Governador que, em caráter de urgência, submeteu-o a exame e parecer dos Técnicos da Secretaria de Administração na parte que aumenta a despesa do Estado.*

*A Secretaria de Administração logo se desincumbiu da missão remetendo o projeto ao Poder Legislativo.*

*Infelizmente, até agora, o trabalho do Poder Judiciário não foi apreciado, o que nos deixa apreensivos, uma vez que, em*



1971, encaminhamos outro projeto ao Governador de então e nunca mais tivemos qualquer notícia do mesmo.

A falta de aprovação do projeto está nos causando sérios embaraços, pois nos impossibilita de por em prática vários artigos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. No projeto está a solução para os inúmeros problemas que emperram a máquina judiciária, tais como: a criação de Varas e Serventias na Capital e nas Comarcas do interior.

Contamos atualmente com 17 Juízes na Comarca de Belém, 11 titulares das Varas Cíveis e 6 das Varas Criminais, além de 2 Pretores do Cível e 4 Criminais. Esse número é insignificante para atender aos inúmeros processos que se acumulam nos cartórios.

Sabemos que o Direito acompanha a evolução da sociedade e que esta sofre constantes mutações; portanto, assim como o Direito se adapta ao momento, também a máquina judiciária necessita de constante renovação e ampliação.

Há dez anos o número de Juízes permanece inalterado, não obstante o aumento de feitos cíveis e criminais distribuídos pelos Juízes.

A fim de minorar a situação, o Tribunal de Justiça determinou a convocação de Suplentes para substituírem os Pretores e estes foram deslocados para instruir processos criminais. Essa medida deu bom resultado, pois conseguimos aumentar o número de processos julgados, inclusive os da competência do Tribunal do Júri. Segundo consta dos mapas apresentados pelos Juízes, durante o ano passado foram distribuídos aos mesmos, na Comarca de Belém, 12.711 processos, sendo 10.522 cíveis e 2.189 criminais. Foram julgados 4.027 sendo, 2.854 cíveis e 1.173 criminais. O Tribunal do Júri reuniu-se várias vezes julgando 93 processos na Comarca da Capital.

Constatamos que predominaram os crimes contra a vida, sendo de maior número os de lesões corporais. Em seguida vêm os crimes contra o patrimônio, à frente dos quais estão os de furto.

#### ANEXO AO PALÁCIO DA JUSTIÇA

A Repartição Criminal e o Forum ressentem-se da falta de espaço para perfeito funcionamento dos vários setores.

Como salientei no relatório do ano de 1979, o Exmo. Sr. Governador do Estado, Ten. Cel. Alacid da Silva Nunes, ao assumir esse importante posto do Executivo Estadual, percorreu todas as dependências do Palácio da Justiça e, inteirando-se das nossas reais necessidades, determinou providências para construção do prédio anexo, cuja conclusão está prevista para 27 de julho deste ano.

Embora a construção do edifício esteja a cargo do Governp do Estado, através da Secretaria de Obras Públicas, estivemos sempre no local da obra pugnando pelo rápido andamento a fim de nele serem instalados os Juízos Criminais, o Juizado

de Menores, a Assistência Judiciária e outros setores do Tribunal de Justiça e Forum.

A obra, conforme memorial descritivo fomecido pelo Exmo. Sr. Secretário de Obras do Estado, foi contratada com a Empresa Estacon Engenharia S/A., envolvendo uma área de 2.930 m<sup>2</sup> em quatro pavimentos. Está sendo executada em duas etapas. A maior, quase concluída, é toda a super-estrutura desenvolvida em concreto armado. A segunda fase é a da complementação da obra.

No exercício de 1979 dispunhamos de um milhão de cruzeiros. Foram empenhados Cr\$ 681.460,00 e o saldo (Cr\$... 318.540,00) foi recolhido ao Banco do Brasil, através da Guia nº 16/SEVOP/de 28.12.1979, para a conta do Governo do Estado.

Em 1980 obtivemos uma provisão de Cr\$ 35.000.000,00, sendo Cr\$ 20.000.000,00 através da conta 008, e Cr\$ 15.000.000,00 através da conta 009. Foi paga a quantia de Cr\$ 29.137.839,049 e o saldo de Cr\$ 5.862.160,051 ficou inscrito em restos a pagar.

Concluído o anexo do Palácio da Justiça e aprovado o projeto do Código Judiciário, acreditamos que tudo voltará à normalidade.

#### FUNCIONAMENTO DOS JUIZADOS

##### E PRETORIAS DO INTERIOR

O Pará conta atualmente com 39 Comarcas e 56 Termos Judiciários.

À exceção das comarcas de Chaves, Oriximiná, São Miguel do Guamá, Santana do Araguaia e dos Termos Judiciários de Salvaterra, Anajás, Colares, Curuçá, Faro e São Francisco do Pará, os demais estão em pleno funcionamento.

Durante o ano passado foram distribuídas 1.849 ações cíveis e julgadas 1.287, distribuídas 1.264 ações criminais e julgadas 317.

O Tribunal do Júri reuniu-se 28 vezes nas sedes das Comarcas e 58 vezes nos Termos anexos.

O número de processos julgados é mínimo porque as comarcas estão desaparelhadas.

O mais sério problema é a falta de Promotores para movimentar os processos criminais e atender os feitos da Assistência Judiciária. Para as 39 Comarcas e 56 Termos Judiciários contamos, no momento, com menos de 16 Promotores.

Sabemos que nas Comarcas do interior predominam os processos criminais que iniciam com a denúncia. Essa importante peça deve ser elaborada por um Promotor, para que os feitos sejam relatados com clareza e o crime enquadrado nos moldes legais. Nas Comarcas do interior esse trabalho é confiado a Adjuntos de Promotores, pessoas leigas e sem nenhum preparo, que tumultuam os processos desde o início prejudicando o direito das partes e desacreditando a Justiça.

Comarcas de grande movimento como Conceição do Araguaia, Paragominas, Monte Alegre, Oriximiná, Itaituba e



outros só recebem a visita do Promotor por ocasião dos julgamentos do Tribunal do Júri e quase sempre para apontar as nulidades do processo.

Os poucos Promotores existentes estão trabalhando na Capital como Assistentes Judiciários, advogados de ofício, exercendo cargos no Poder Executivo e funcionando como advogados em causas particulares.

Como se vê o problema é muito sério. Sem o trinômio: Juiz, Promotor e Advogado, os processos não poderão ter marcha normal.

---

### MOVIMENTAÇÃO DE JUÍZES E PRETORES

---

Durante o ano de 1980 várias alterações ocorreram no quadro do Poder Judiciário.

Após a movimentação dos Juízes constatamos a existência de 12 comarcas vagas e, com autorização do Tribunal, abrimos concurso público para preenchimento das mesmas.

Realizado o concurso, foram aprovados nove candidatos, mas só oito aceitaram nomeação. São os seguintes: Florêncio Nabor de Atayde Leite, Yvete Lúcia Pinheiro Mendes, Maria do Carmo Araújo, Clélia Maia, Ruth Gurjão, Marneide Marabet, Ana Nazaré Ramos e Maria Rita Lima, que foram nomeadas para as Comarcas de Conceição do Araguaia, Cametá, Gurupá, Itaituba, Marabá, Afuá, Alenquer e Baião, respectivamente.

Os novos Juízes prestaram afirmação no dia 8 de dezembro, em Sessão Solene realizada no Auditório do Palácio da Justiça, sendo saudados pelo Dr. Werther Benedito, Juiz de Direita da 6ª Vara Penal e Diretor da Repartição Criminal.

Em nome dos Juízes falou a Dra. Ruth Gurjão.

Foram nomeados 8 Juízes para as Comarcas do Interior e 22 Pretores para os Termos Judiciários. Promovido para a Capital um Juiz, reconduzidos oito Pretores e exonerados 8.

Não foi possível preencher todos os lugares existentes, restando vagos quatro Juizados. Já está aberto concurso para preenchimento dos mesmos, assim como para o cargo de Auditor Militar, cabendo ao nosso ilustre sucessor, Desembargador Manoel Cacella Alves, a realização da importante tarefa.

---

### ATIVIDADES JUDICIÁRIAS DO TRIBUNAL PLENO

---

O Tribunal de Justiça compõe-se de quinze desembargadores. Três dirigem o Poder Judiciário durante dois anos e os demais integram as Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais. O Tribunal Pleno reúne-se duas vezes por mês com a totalidade de seus Membros.

No ano passado o Tribunal Pleno realizou 23 sessões ordinárias, cinco extraordinárias e cinco sessões solenes, respectivamente: Abertura do Ano Judiciário, Sessão Comemorativa da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, Centenário do Desembargador Manoel Maroja Neto, Sessão comemorativa do Dia da

Justiça e Sessão comemorativa de encerramento dos trabalhos judiciários.

Na última sessão ordinária do Egrégio Tribunal foram eleitos, para o biênio 1981-1982, os novos dirigentes do Poder Judiciário. Para Presidente a escolha recaiu no nome honrado do Exmo. Sr. Des. Manoel Cacella Alves. Na mesma ocasião foram eleitos os Exmos. Srs. Des. Edgar Lassance Cunha para Vice-Presidente e Ossiam Corrêa de Almeida para Corregedor Geral da Justiça.

Para o Egrégio Conselho da Magistratura foram eleitos os Exmos. Srs. Des. Ary da Motta Silveira e Stéleo Menezes.

---

### SESSÃO DE XI DE AGOSTO

---

A XI de agosto, data da Instituição dos Cursos Jurídicos no Brasil, o Tribunal de Justiça realizou Sessão Solene com a colaboração da Ordem dos Advogados do Brasil — Secção do Pará, Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal do Pará, Ministério Público, Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará — CESEP e Centro de Estudos Jurídicos do Pará - CEJUP.

Além desta Presidência, usaram da palavra os Exmos. Srs. Procurador Geral do Estado e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará.

---

### DIA DA JUSTIÇA

---

O dia 8 de dezembro foi solenemente comemorado.

Além das palavras pronunciadas pela representante do Tribunal, tivemos a satisfação de ouvir o Dr. Otávio Augusto de Bastos Meira, sólida cultura humanística e jurídica da nossa terra, que falou sobre a data. Seu pronunciamento está transcrito no último número da Revista do Tribunal de Justiça.

---

### OUTRAS SOLENIDADES

---

Atendendo convite de magistrados e advogados, presidimos o lançamento das seguintes obras jurídicas:

“Ementário de Jurisprudência”, de autoria do Des. Sílvio Hall de Moura, “Direito Agrário e Processo Fundiário”, de Benedicto Monteiro, “O Delinqüente por Tendência” e “Direitos e Deveres do Condenado”, de Edmundo Oliveira; “Palestras sobre Parcelamentos Urbanos”, de Sérgio Couto, e “Sinopse Jurídica”, do Desembargador Almir de Lima Pereira.

Os lançamentos foram feitos no Auditório do Palácio da Justiça.

---

### CONSELHO DA MAGISTRATURA

---

Tem jurisdição em todo o Estado. Exerce função disciplinadora e tem as atribuições dos artigos 135 e seguintes do Código Judiciário.



*Durante o ano passado o Conselho da Magistratura reuniu-se vinte vezes em sessões ordinárias e uma vez em sessão extraordinária. Foram julgados: pedidos de providências, recursos cíveis e penais, representações, processos administrativos e reclamações, tudo num total de 28, conforme mapa em anexo.*

---

#### **CORREGEDORIA**

---

*A Corregedoria Geral da Justiça é dirigida pelo Des. Raymundo Hélio de Paiva Melo.*

*É um órgão de colaboração do Poder Judiciário. Tem jurisdição em todo o Estado e as atribuições contidas nos artigos 143 e seguintes do Código Judiciário.*

*Durante o ano de 1980 foram recebidas 120 reclamações, 23 pedidos de providências e 21 representações, conforme se verifica no mapa em anexo.*

---

#### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

---

*É servido por um Chefe de Gabinete, que coordena as atividades do Gabinete. Seu titular é o Dr. Valério de Melo Alves, que vem desempenhando o cargo com muita eficiência.*

*A Presidência dispõe também de um Assistente Técnico Judiciário, Dr. Raimundo João Tavares, que emprega suas atividades no Setor do Pessoal, um Assessor Técnico, Dr. Henrique Alves Ramos, e das seguintes Diretorias: de Administração, chefiada pela dra. Elba Cacella Alves de Souza; Financeira, Dr. Miguel Sauma Filho; Judiciária, Dr. Dagoberto Maia de Carvalho; de Documentação e Informações, Biblioteconomista Raimunda da Costa Gomes, e Secretária da Presidência, Rosalina Lima Lopes.*

---

#### **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

---

*É a parte encarregada do cumprimento das decisões do Tribunal e suas Câmaras Cíveis, Criminais e Reunidas.*

*A Secretaria é dirigida com zelo e dedicação pelo Dr. Luis Ercílio do Carmo Faria.*

*A Subsecretaria é exercida com inegável devotamento pelo Dr. Gengis Freire de Souza, que substitui o Secretário nas suas faltas e impedimentos. É o coordenador da Revista do Tribunal e responsável pela sua periódica circulação.*

---

#### **FUNCIONALISMO**

---

*A fim de organizar juridicamente a situação das pessoas que vinham servindo há alguns anos sem terem caracterizado o seu regime funcional, e como primeiro passo para a reclassificação, foi organizada, nos termos do Decreto nº 024/79 do Governo do Estado, uma prova seletiva para regularizar a situação dos mesmos. Após a reclassificação esses servidores passaram definitivamente para o regime estatutário, recebendo pe-*

*quena melhoria nos vencimentos. Essa situação trouxe benefícios para os servidores e para o Tribunal.*

*Depois da natural arrumação dos funcionários antigos, ficaram vagos trinta e cinco cargos para Oficial Judiciário e dois para Operador de Som, 4 para Agente de Portaria, um para Protocolista e dois para Taquígrafos. Diante disso foi aberto concurso público, que se realizou nos dias 3, 10, 13 e 14 de janeiro, tendo sido aprovados 85 candidatos para Oficial Judiciário, dois para Operador de Som, 33 para Protocolista, 11 para Agente de Portaria e dois para Taquígrafos.*

*Após homologação do concurso pelo Tribunal, os aprovados serão nomeados, terminando assim o regime de contratados.*

---

#### **DIRETORIA DO FORUM**

---

*A Diretoria do Forum esteve a cargo do Dr. Orlando Dias Vieira até maio do ano passado; depois, por motivo de doença, foi substituído pelo Dr. Romão Amoedo. Ambos prestaram inestimável colaboração a nossa administração.*

---

#### **DIRETORIA DA REPARTIÇÃO CRIMINAL**

---

*A Repartição Criminal está sob a direção do Juiz de Direito da 6ª Vara Penal, Dr. Werther Benedito Coelho, que vem se desincumbindo galhardamente da espinhosa missão.*

*No relatório e mapas em anexo está o movimento daquele importante setor da Justiça Paraense.*

---

#### **ADMINISTRAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA**

---

*A administração do Palácio da Justiça está sob a direção do funcionário Raimundo Duarte Rodrigues, que vem desempenhando o cargo com zelo e dedicação.*

---

#### **MATERIAL DE CONSUMO ENCAMINHADO ÀS COMARCAS E TERMOS**

---

*Durante o ano passado foram atendidas: 34 comarcas, 32 termos, todos os setores, gabinetes, Repartição Criminal, Forum, Corregedoria, Conselho da Magistratura, Cartórios, copa, Diretorias, etc. Todos receberam material que foi entregue mediante requisições que se acham arquivadas no almoxarifado, conforme consta do mapa fornecido pela Diretora Administrativa. Além desses serviços foi feita a recuperação de móveis, vitrificação das salas da Biblioteca e dos Juizes, recuperação de uma máquina de impressão (off-set), conserto de carros, etc.*

*O salão do Tribunal do Júri recebeu mobiliário novo e foram instalados ventiladores de teto.*



## REVISTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Durante o biênio em que tivemos a honra de dirigir o Poder Judiciário do Pará, foram postos em circulação seis números da Revista do Tribunal de Justiça. Essa publicação é de capital importância para os Juizes e Pretores, pois só assim estarão eles a par das últimas decisões do Tribunal, uma vez que os acórdãos não são mais publicados integralmente no Diário Oficial. Além disso a Revista contém Doutrina, Jurisprudência, Legislação e um Ementário selecionado.

A coordenação e a seleção da matéria estão a cargo dos Drs. Gengis Freire de Souza e Ana Rosa Cal Freire de Souza, que não medem esforços para que os volumes circulem no tempo previsto.

## BIBLIOTECA

A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado tem a direção da Biblioteconomista Terezinha Silva Nascimento.

Segundo relatório da titular, a Biblioteca está enriquecida com o ingresso de mais de seiscentos e oitenta e sete volumes por compra e doação, crescendo entre livros e periódicos.

O intercâmbio com bibliotecas de outros Tribunais e Instituições foi feito com o objetivo de melhorar a divulgação da Revista do nosso Tribunal, como também conseguir junto aos mesmos doações de nosso interesse.

Foram renovadas as assinaturas para 1980 dos periódicos: "Boletim de Jurisprudência ADCOAS", "Julgados do Tribunal de Alçada Cível e Criminal de São Paulo", "Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo", "Lex" e "Colêanea de Legislação e Marginalia".

## MUSEU JUDICIÁRIO

O nosso Museu Judiciário é pioneiro no Brasil. Representa uma fonte de valor histórico. Ali estão processos que lembram o período negro da escravidão, os senhores e a compra de escravos. Além desses há processos importantes como o da Severa Romana, cuja beatificação está sendo cogitada.

## TESOURARIA E CONTABILIDADE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Esse importante serviço da Contabilidade está a cargo do funcionário Alvaro Lobo. Em anexo está o mapa das atividades e o demonstrativo da Receita, Despesa e do Saldo a Recolher.

O Setor de Contabilidade está a cargo da funcionária Ana Romana Tavares, que mantém o serviço em ordem, coadjuvada pelos demais funcionários que prestam suas atividades nesse Setor.

## SERVIÇO MÉDICO

O Serviço Médico está a cargo dos doutores Geraldo Souza e Lauro Queiroz, que atenderam magistrados, funcionários e seus dependentes, examinando-os e receitando, tirando eletrocardiogramas e prestando socorro a diversas pessoas acometidas de enfermidades repentinas.

O Serviço de Enfermagem, a cargo de duas enfermeiras, atendeu magistrados, servidores e dependentes destes, aplicando injeções, fazendo curativos, regulando a pressão arterial, aplicando raios infra-vermelhos, aerosol, etc...

Os mapas mostram a quantidade de pessoas atendidas.

## RECURSOS ORDINÁRIOS E EXTRAORDINÁRIOS

No exercício da Presidência do Tribunal de Justiça apreciei 10 recursos ordinários e 58 recursos extraordinários, tendo admitido um e negado seguimento a 57. Subiram 9 arguições de relevância ao Supremo Tribunal Federal.

## FEITOS ADMINISTRATIVOS

Centenas de pedidos de direitos funcionais, tais como licenças, férias, remoções, nomeações, contagem de tempo de serviço, aposentadorias, nomeações para pretor, etc., foram despachados de ofício e outros submetidos à apreciação e decisão do Tribunal Pleno.

## ATIVIDADE ADMINISTRATIVA BUROCRÁTICA

A atividade administrativa burocrática do Tribunal de Justiça foi intensa no ano passado. A Presidência expediu 224 ofícios, 78 telegramas e 176 portarias e 8 ofícios-circulares, conforme mapa fornecido pelo Dr. Valério de Melo Alves, Chefe do Gabinete da Presidência.

## REPRESENTAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Atendendo a convites, representei o Tribunal de Justiça em diversas cerimônias públicas neste Estado e na cidade de Manaus, no VIII Congresso promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros, onde foram tratados assuntos pertinentes a Justiça.

## PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS EM CURSOS FORA DO ESTADO

No período de 3 a 24 de novembro de 1980 o Des. Ricardo Borges Filho, por indicação do Tribunal de Justiça, em atenção a pedido do Diretor da Escola Superior da Magistratura Nacional, frequentou um Curso de Atualização em Processo de Execução, no Rio de Janeiro.



As aulas foram ministradas por juristas de renome do País. O nosso enviado recebeu elogios que nos foram comunicados através de Ofício.

#### DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO

O dia do funcionário público foi comemorado pelos Juizes, Desembargadores e funcionários. Nessa ocasião usou da palavra o Secretário do Tribunal de Justiça. A funcionária Pérola Pacífico da Costa agradeceu em nome dos demais.

#### CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA

Como acontece todos os anos, na última sessão plenária de 1980, promovemos um coquetel de confraternização da família judiciária, quando apresentamos votos de Feliz Natal e Ano Novo aos presentes.

#### CONCLUSÃO

Eis, Senhores Desembargadores, a nossa atuação à frente do Poder Judiciário do Pará durante o ano de 1980.

Cabe-nos agradecer o apoio recebido dos Exmos. Srs. Desembargadores, do Vice-Presidente, Des. Oswaldo Pojucan Tavares, e do Corregedor Geral da Justiça, Des. Raymundo Hélio de Paiva Mello.

Queremos, também, deixar aqui consignados os nossos louvores aos srs. Juizes, Pretores, Suplentes, Secretário, Subsecretário do Tribunal de Justiça; aos dirigentes dos vários Setores da Administração Judiciária, Serventuários e Oficiais de Justiça; aos funcionários da Secretaria e aos demais, pela valiosa cooperação prestada durante a nossa administração.

Belém, 1º de fevereiro de 1981

## RELATÓRIO DA SECRETARIA

Senhora Presidenta:

Em obediência ao imperativo regimental, tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência para apresentar o Relatório das atividades da Secretaria do Tribunal durante o ano de 1980, o qual, apesar de um ou outro obstáculo de ordem material que não chegou a afetar os seus serviços, cumpriu com galhardia o seu dever perante essa douta Presidência e o Egrégio Tribunal de Justiça.

Nos mapas e gráficos que se seguem, Vossa Excelência encontrará sintetizadas, nas maiores minúcias, todas as nossas atividades.

É de ressaltar a oportunidade do concurso que Vossa Excelência acaba de realizar para preenchimento das vagas existentes no quadro do funcionalismo da Secretaria, que recebeu, é de justiça frisar, através do Plano de Reclassificação, expressivo aumento nos seus vencimentos.

Seria interessante que, já em vigor a Resolução nº 1/80, cada uma das Diretorias criadas possuíssem uma sala com as respectivas Secções e Serviços, o que facilitaria sobremodo a normalização dos trabalhos que lhes são atribuídos.

Resta, afinal, ressaltar a inestimável cooperação que esta Secretaria, no ano recém-findo, recebeu dos funcionários, indistintamente, sem os quais, por certo, a tarefa não seria nem tão útil, nem tão eficiente.



A Vossa Excelência, Desembargadora Lydia Dias Fernandes, o penhor do meu reconhecimento pelo apoio e estímulo recebidos durante a sua Presidência, pois, do contrário — sem falsa modéstia o afirmo — não poderia levar a cabo os encargos que me são confiados, apoio e estímulo que espero em Deus poder continuar a merecer, em todas as ocasiões, no novo ano judiciário prestes a se iniciar.

Respeitosamente,  
Belém, 13 de janeiro de 1981

LUIS FARIA  
Secretário do T.J.E.

## RELATÓRIO DA CORREGEDORIA

### 0.1 - INTRODUÇÃO

O relatório da Presidência deste Egrégio Tribunal, referente ao biênio 1975/1976, abre a sua exposição com o seguinte pensamento: "Senhores Desembargadores: Há, pelo menos em nosso país, uma acentuada indisposição contra os relatórios, documentos tidos como tipicamente burocráticos, na feição stricto sensu do vocábulo, cuja finalidade única é o cumprimento seco, impessoal e árido de um dispositivo normativo. Por isso mesmo trazem em si o antecipado destino de não serem lidos, refletidos e analisados, aguardando-os as frias prateleiras dos arquivos não compulsados, o eterno olvido".

Em que pese a autoridade intelectual e longa vivência com os problemas públicos de seu autor, todavia a assertiva não deve ser considerada como regra geral, salvo se apenas visto pela frieza dos números estatísticos que contém. Mas, se observados por outro prisma, os relatórios registram os sucessos que a administração conseguiu e também os insucessos, apontando as deficiências, os pontos negativos, para que haja corretivos saneadores. Assim, sob este ângulo de observação, os relatórios têm seu valor na administração porque representam um balanço do que foi realizado e do que não o foi, embora fosse preciso para atingir o desejável no bem servir à coisa pública.



## 0.2 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

A Secretaria da Corregedoria apresentou o seguinte movimento, relativo ao ano de 1980, e expresso no mapa anexo: ofícios expedidos: 1.202; ofícios recebidos: 167; telegramas expedidos: 66; telegramas recebidos: 05; reclamações: 120; pedidos de providências: 23; representações: 21; recursos encaminhados ao C.M.: 14; portarias: 42; portarias normativas: 06; provimentos: 07; circulares: 16; pedidos de correição: 0; pedidos de reconsideração: 03; pareceres: 132; decisões: 131; provimento sobre terras (decisões): 06; correições: 07; inspeções: 03; sindicâncias: 17; processos administrativos: 16; precatórias providenciadas: 72.

0.2.1. Atribuiu-se ao Assessor Técnico deste Órgão o controle das cartas, tendo-se remetido circular a toda Magistratura Nacional, através de suas Corregedorias, solicitando que a remessa de cartas a serem cumpridas pelos Magistrados paraenses, mormente os do interior, o fossem por intermédio de sua Assessoria Técnica.

Este serviço foi criado para atender aos constantes reclamos dos Juízos deprecantes pelo descumprimento pelos deprecados das cartas enviadas.

0.2.2. Baixou-se normas disciplinando, além de outras matérias: a - a expedição de atestados de dependência econômica, de pobreza, de idoneidade moral, de residência, etc..., não vedadas pelo Decreto Federal nº 83.936 (desburocratização), de 6 de setembro de 1979, e do Decreto Estadual nº 847 (desburocratização), de 14 de julho de 1980; b - a obrigatoriedade das correições permanentes pelos Juízes de Direito; c - sobre a tramitação de pedidos de habeas - corpus na Repartição Criminal; d - sobre a expedição de certidões, em conformidade com o Decreto Federal nº 84.513 (alterando disposições do Regulamento do Código Nacional de Trânsito), de 27 de fevereiro de 1980; e - sobre a confecção prévia de formulários de escrituras relacionadas com loteamentos e incorporações imobiliárias, sob o regime condominial, pelos Oficiais de Notas da cidade de Belém, sede da Comarca do mesmo nome; f - sobre a cobrança judicial de dívida com a Previdência Social (IAPAS); g - sobre a cobrança judicial de dívidas com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; h - sobre registros provisórios de filhos de brasileiros nascidos no estrangeiro, quando venham residir no Brasil; i - estender-se a todas as Comarcas as instruções contidas no Provimento nº VIII/78, de 25 de janeiro; j - sobre a execução da Lei Federal nº 6.858 (desburocratizante), de 24 de novembro de 1980. Manteve-se em vigência outros atos, anteriormente expedidos, salvo os conflitantes com legislação posterior, inclusive com a chamada de desburocratizante, como demonstra o opúsculo impresso por esta Corregedoria.

0.2.3. Promoveu-se reuniões com os Juízes da capital visando dar solução a problemas afetos ao Judiciário.

Procurou-se solucionar, também, o internamento de

presos portadores de hanseníase e de doenças mentais, cujo estado não permitem suas permanências nas prisões, quer e respeito à terapêutica, como em defesa da saúde e segurança dos demais.

Manteve-se, com tais finalidades, encontros com o Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Saúde e com o Ilmo. Sr. Dr. Superintendente do Sistema Penal. Infelizmente, obstáculos como a ausência de espaço físico disponível e de verbas para construí-las, bem como outros, não permitiram qualquer resultado satisfatório, permanecendo a grave questão, e, o que é mais sério, com tendência a agravar-se face à desativação da Colônia do Prata e do Hospital Juliano Moreira.

0.2.4. A Corregedoria sustentou com o Serviço de Documentos do Quartel General da 8ª Região Militar estreita colaboração, tendo, inclusive, este titular comparecido a sua sede para um encontro com o Exmo. Sr. General e mantido contacto com outros Oficiais responsáveis pelo mencionado Setor.

Elaborou-se orientação escrita (Regras Supletivas ao Provimento nº IV/75) para o Senhor Oficial responsável pelo Setor Militar e aos Oficiais dos Registros Cíveis de todas as Comarcas, recomendando-se, na oportunidade, aos respectivos Juízes de Direito colaborarem, dentro dos limites de suas atribuições legais, com a denominada "Operação Documento".

## 0.3 - SINDICÂNCIAS, CORREIÇÕES E INSPECÇÕES

Este Corregedor procedeu sindicâncias, correições e inspeções nas Comarcas de Monte Alegre, Bragança, Viseu, Nova Timboteua, Igarapé Açú, Maracanã, Paragominas, Capanema, Castanhal, e nos Termos de Mocajuba, da Comarca de Cametá e Barcarena (Ilha das Onças), da Comarca da Capital.

Na Capital as correições são feitas quase sempre em decorrência de reclamações. Na Repartição Criminal, entretanto, determinou-se um levantamento completo de todas as ações e sindicâncias para apurar processos extraviados.

0.3.1. Ordenou-se a instauração de vários Processos Administrativos contra Serventuários, pela prática de graves irregularidades no exercício de suas funções e contra dois Pretores, também por faltas graves. Outros Serventuários e Oficiais de Justiça foram punidos, como resultado de Sindicâncias efetivadas.

Atualmente se encontram em tramitação, na Comarca de Capanema e sob a Presidência do MM. Juiz, cinco Processos Administrativos contra Serventuários.

## 0.4 - ATIVIDADES OUTRAS

Como se não bastasse as atividades do Corregedor em fazer cumprir as normas legais, fiscalizar os procedimentos e corrigir os erros dos que estão sob sua autoridade, a Lei Federal nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979, ainda lhe impôs o dever de 15



declarar inexistentes e cancelar a matrícula e o registro de imóvel rural vinculado a título nulo de pleno direito, ou feitos em desacordo com o artigo 221 e seguintes da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, alterada pela Lei nº 6.216, de 30 de junho de 1975, a requerimento de pessoa jurídica de direito público ou tomar medidas ex-officio a respeito de irregularidades encontradas nos Cartórios.

#### 0.5 - DEFICIÊNCIAS

Os serviços de correições e inspeções das Comarcas e Termos não se efetivaram, como não se efetivam, com a assiduidade e eficiências indispensáveis.

A imensa área territorial do Estado, a deficiência de elemento humano capacitado e principalmente a omissão de muitos Juizes de Direito, que não se conscientizam de suas responsabilidades funcionais, contribuem com peso apreciável, para esse quadro negativo do Judiciário paraense. Tais resultados não decorrem da falta de normas disciplinadoras, porém da inércia dos que tem o dever moral e legal de assistir, orientar e corrigir os trabalhos da Justiça.

#### 0.6 - CONCLUSÃO

Distinguidos que fomos pelos nossos ilustres pares, tivemos a honra de dirigir, no biênio de 1979/1980, este Órgão de colaboração com o Poder Judiciário, onde recebemos da douda Presidência desta Augusta Casa todo o apoio para o bom desempenho das funções que nos foram delegadas.

Esforçamo-nos para dar o melhor do nosso desempenho, mesmo conhecendo nossas limitações humanas, fizemos o possível para não desmerecer a confiança que nos foi depositada, e, para isto, contamos com o pessoal de apoio à administração.

Agora, ao deixarmos a direção deste Órgão, agradecemos a Vossas Excelências e aos preclaros Membros do Egrégio Conselho da Magistratura o apoio e a compreensão que dispensaram a este Corregedor, o que se constitui, sem sombra de dúvidas, nos fatores positivos de nossa gestão.

Belém, 2 de janeiro de 1981

**RAYMUNDO HÉLIO DE PAIVA MELLO**  
Corregedor Geral da Justiça

## DADOS COMPLEMENTARES

### PROTOCOLO DO TJE

TELEGRAMAS EXPEDIDOS	Nº DE TELEGRAMAS EXPEDIDOS EM 80
Telegramas da Capital	105
Telegramas do Interior	73
Telegramas de Brasília	23
Telegramas Estaduais	34
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>

### DIVERSOS

### TOTAL:

Ofícios Expedidos da Secretaria	784
Ofícios Expedidos da Presidência	224
Portarias Expedidas	176
Salvo Condutos	2
Alvará de Soltura	25
Telegramas Recebidos	16
Ofícios Circulares	8
Expedientes Não Protocolados	146
<b>TOTAL</b>	<b>1.381</b>

### PROTOCOLO

LIVRO DE PROTOCOLO/DIVERSOS	TOTAL:
Carta Precatória para o Interior	1
Remessa de Autos para o Interior	4
Remessa de Expediente p/ o Interior	5
Remessa de Autos para Brasília	16
Remessa de Expediente para Capital	5
Remessa de Autos para Capital	2
<b>TOTAL</b>	<b>33</b>



### VOTOS PROFERIDOS PELOS DESEMBARGADORES

NOMES	TOTAL
Lydia Dias Fernandes .....	58
Oswaldo Pojucan Tavares .....	319
Aluizio da Silva Leal .....	285
Manoel Cacella Alves .....	458
Antonio Koury .....	501
Ricardo Borges Filho .....	427
Ary da Motta Silveira .....	415
Edgar Lassance Cunha .....	503
Manoel de Christo Alves Filho .....	451
Raimundo Hélio de Paiva Mello .....	125
Nelson Silvestre do Amorim .....	535
Ossian Corrêa de Almeida .....	541
Stéleo Bruno dos Santos Menezes .....	502
Almir de Lima Pereira .....	571
Calistrato Alves de Mattos .....	542
<b>TOTAL .....</b>	<b>6.233</b>

### CONSELHO DA MAGISTRATURA

Sessões Ordinárias .....	20
Sessões Extraordinárias .....	01

### APRECIADOS E JULGADOS

Pedido de Providências .....	01
Recursos Cíveis .....	14
Recurso Penal .....	01
Representações .....	03
Autos de Sindicância .....	06
Processo Administrativo .....	01
Reclamação Cível .....	02

### RELATORES

Des. Lydia Dias Fernandes .....	05
Des. Oswaldo Pojucan Tavares .....	—
Des. Raymundo Hélio de Paiva Mello .....	07
Des. Ary da Motta Silveira .....	04
Des. Nelson Rodrigues Amorim .....	04
Des. Stéleo dos Santos Menezes .....	05
Des. Almir de Lima Pereira .....	03
ACÓRDÃOS ENTREGUES .....	23

### TOTAL DE VOTOS PROFERIDOS PELOS DESEMBARGADORES NAS CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS, COMO RELATORES

NOMES	fev.	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	agos.	set.	out.	nov.	dez.	total
Oswaldo Pojucan Tavares												
Aluizio da Silva Leal	1							1				2
Manoel Cacella Alves			1		2			1			1	5
Antonio Koury	1			1				1	1			4
Ricardo Borges Filho		1						1			1	3
Ary da Motta Silveira			1							1	1	3
Edgar Lassance Cunha			1	1	2		1	2	1			8
Manoel de Christo Alves Filho												1
Nelson Amorim		1			1					1		3
Ossiam Corrêa de Almeida			1		1		1					3
Stéleo dos Santos Menezes				1								1
Almir de Lima Pereira												—
Calistrato Alves de Mattos			1	1							1	4







**VOTOS PROFERIDOS PELOS DESEMBARGADORES NAS CÂMARAS PENAIS  
ISOLADAS COMO RELATORES**

1980

1ª Câmara Penal		Apelação Penal	Rec. Ex. Offício de Habeas Corpus	Recurso Penal	Emb. Penal	Conf. Neg. de Comp.	Total
Desembargadores							
Aluizio Leal		1	17	1			19
Manoel Cacella Alves		3	35	4			42
Antonio Koury		3	29	3			35
Ricardo Borges Filho		1	27	1			29
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>108</b>	<b>9</b>			<b>125</b>

2ª Câmara Penal		Apelação Penal	Rec. Ex. Offício de Habeas Corpus	Recurso Penal	Emb. Penal	Conf. Neg. de Comp.	Total
Desembargadores							
Ary Silveira		1	18	1			20
Edgar Lassance Cunha		7	21	1	1		30
Manoel de Christo Alves		3	15	3			21
Nelson Amorim		2	34	1		1	38
<b>TOTAL</b>		<b>13</b>	<b>88</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>109</b>

3ª Câmara Penal		Apelação Penal	Rec. Ex. Offício de Habeas Corpus	Recurso Penal	Emb. Penal	Conf. Neg. de Comp.	Total
Desembargadores							
Ossiam Almeida		2	62	6			70
Stéleo Menezes		2	30	1			33
Almir de Lima Pereira		3	32	2			37
Calistrato Mattos		2	33	1			36
<b>TOTAL</b>		<b>9</b>	<b>157</b>	<b>10</b>			<b>176</b>

**VOTOS PROFERIDOS PELOS DESEMBARGADORES NAS CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS COMO RELATORES**

1980

1ª Câmara Cível		Apelação Cível	Agravo	Reexame de Sentença	Embargo de Declaração	TOTAL
Desembargadores						
Aluizio Leal		4	1			5
Manoel Cacella Alves		14	5	4		23
Antonio Koury		13	3	2		18
Ricardo Borges Filho		3	3	1		7
<b>TOTAL</b>		<b>34</b>	<b>12</b>	<b>7</b>		<b>53</b>

2ª Câmara Cível		Apelação Cível	Agravo	Reexame de Sentença	Embargo de Declaração	TOTAL
Desembargadores						
Ary Silveira		18	3	1	1	23
Edgar Lassance Cunha		22	6	1		29
Manoel de Christo Alves		17	3	1		21
Nelson Amorim		15	4	1		20
<b>TOTAL</b>		<b>72</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>93</b>

3ª Câmara Cível		Apelação Cível	Agravo	Reexame de Sentença	Embargo de Declaração	TOTAL
Desembargadores						
Ossiam Almeida		17	9		1	27
Stéleo Menezes		19	6	2	2	29
Almir de Lima Pereira		23	1	2		26
Calistrato Mattos		12	2	2	1	17
<b>TOTAL</b>		<b>71</b>	<b>18</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>99</b>



**BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO**  
**ORÇAMENTÁRIO**

Discriminação	Dotação	Empenhado	Saldo
Pessoal Fixo e Variável	99.146.000,00	97.272.299,80	1.873.700,20
Obrigações Patronais	4.244.000,00	3.869.061,05	374.938,95
Material de Consumo	1.366.000,00	1.362.574,25	3.425,75
Remuneração Serviços Pessoais	346.000,00	323.361,01	22.638,99
Outros Serviços de Terceiros	6.530.000,00	6.414.321,89	115.678,11
Despesas Exercícios Anteriores	1.000.000,00	290.545,66	709.454,34
Salário Família	448.000,00	420.730,00	27.270,00
Despesas de Exercícios Anteriores	60.000,00	14.546,00	45.454,00
Equipamentos e Material Permanente	3.122.000,00	3.102.077,37	19.922,63
Despesas Exercícios Anteriores	30.000,00	—	30.000,00
Sentença Judiciária (Outros Cust.)	5.000,00	—	5.000,00
Assistência Médica Hospitalar	10.000,00	—	10.000,00
Indenização Acidente de Trabalho	10.000,00	—	10.000,00
Sentença Judiciária (Transf. Corrente)	10.000,00	—	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>116.327.000,00</b>	<b>113.069.517,03</b>	<b>3.257.482,97</b>

Discriminação	Dotação	Repassado à SEVOP	Saldo
Projeto de Construção do Anexo TJE	35.000.000,00	35.000.000,00	—

**FINANCEIRO**

	Receita	Despesa	Saldo Recolhido à SEFA 30.12.80
Repasses da SEFA	114.605.500,00		
Idem, Idem Construção anexo	35.000.000,00	149.605.500,00	
Pagamentos Efetuados aos seguintes:			
Pessoal Fixo e Variável		97.272.299,80	
Obrigações Patronais		3.869.061,05	
Material de Consumo		1.362.574,25	
Remuneração de Serviços Pessoais		323.361,01	
Outros Serviços de Terceiros		6.414.321,89	
Despesas Exercícios Anteriores		290.545,66	
Salário Família		420.730,00	
Despesas de Exercícios Anteriores		14.546,00	
Equipamentos e Material Permanente		3.102.077,37	
SEVOP		35.000.000,00	
<b>TOTAL</b>	<b>149.605.500,00</b>	<b>148.069.517,03</b>	<b>1.535.982,97</b>

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
		BELEM .....	SEDE	SEDE ICOARACI MOSQUEIRO	CARATATEUA COTIJUBA CARANANDUBA BAIA DO SOL
	11.1.1982	BRELES	ACARA	VAL DE CANS SEDE	SEDE MIRITIPITANGA BAIXO ACARA RIO PEQUENO
	28.1.1980		SEDE	GUARAJÁ MIRI GUARUMA JAGUARI	SEDE SEDE JENIPARUCU
			ANANINDEUA	JURUPATITEUA SEDE	SEDE SEDE
			BUJARU	ENGENHO ACARA SEDE	SEDE SEDE
		CHAYES	SEDE	GUARAMURU GUAJARÁ AÇU	SEDE SEDE
	28.1.1980	YELU	BARCARENA	VILA DE SANTANA SEDE	SEDE AICARU ILHA DAS ONÇAS ITUPANEMA
				MURUCUPI	



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIARIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
226	28.11.890	AFUA .....	SEDE	SEDE BATURITÉ MARACUJÁ STA. JÚLIA JURUPAU SEDE	SEDE CAJUUNA CORREDOR SANTA JÚLIA ILHA DA CONCEIÇÃO
226	28.11.890	BAIÃO .....	SEDE	SEDE JOANA PERES	SEDE MATACURA UMARIZAL
497	11.4.1865	BREVES .....	SEDE	SEDE CURUMU  ANTONIO LEMOS S. MIGUEL MACACOS	JACARÉ ITAQUARA MUTUTI SEDE TAJAPURU SEDE ARAMÃ MAPUÁ
			CURRALINHO	SEDE	SEDE CANATICU

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIARIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
			PORTEL	PIRIÁ SEDE	MUCUTÁ BOM SUCESSO STA. HELENA
			OEIRAS DO PARA MELGAÇO	ACANGATA SEDE SEDE	SEDE CAXIUNA
			BAGRE	AREIAS SEDE	SEDE BOCA REPARTIMENTO AÇU
622	21.9.1870	CACHOEIRA DO ARARI ....	SEDE	PEDREIRA  SEDE CAMARÁ DO MARAJÓ CARACARA DO ARARI SEDE ALTO MOCOÕES	SEDE JENIPAPUCU RETIRO GRANDE  SEDE
1.350	9.3.1889	CHAVES .....	SEDE	SEDE S. SEBASTIÃO VIÇOSA ARAPIXI ARROZAL CURURU GANHOÃO GOIABAL	



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
286	18.9.1856	GURUPÁ .....	SEDE	REBORDEL SEDE CARRAZEDO ITATUPAN SEDE VIEIROS VILARINHO MONTE	SEDE AREIAS BAQUIÁ PRETO CANINDÉ LIMÃO RIO TAUARI TAIAÇUI AQUIQUI POMBAL BAIXO AQUIQUI TAPARA
	1932	IGARAPÉ AÇU' .....	SEDE	SEDE CARIPI	S. JORGE DO JABUTI PORTO SEGURO
885	16.4.1877	IGARAPÉ-MIRI .....	SEDE	SEDE MAIAUATA MERUÚ MENINO DEUS ANAPU	
845	23.4.1875	MARACANÃ .....		SEDE SÃO ROBERTO BOA ESPERANÇA ALGODOAL	

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
761	8.3.1953	MARAPANIM .....	SANTARÉM NOVO	SANTA MARIA BOM JARDIM KM - 19 KM - 26 TATUTEUA SEDE SEDE MARUDA MONTE ALEGRE MAU MATAPIQUARA VISTA ALEGRE PARA SEDE CAFEZAL CUINARANA	XOACARÉ FAZENDINHA MARANHÃO
1.844	30.12.959	MOJU .....	SEDE	SEDE CAIRARI	CAETÉ BAIXO MOJU GUAJARÁ UNA ALTO MOJU RIO CAIRARI
772	5.8.1873	MONTE ALEGRE .....	PRAINHA	SEDE SEDE PACOVAL	MAICURU SEDE URUARA CUÇARI



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
115	2.8.1913	NOVA VENEZA	ALMEIRIM	SEDE ARUMANDUBA	CARACARU
147	7.5.1890	MUANA		SEDE S. FRANCISCO JARARACA RIO ATATA RIO ANAJÁS S. MIGUEL PRACUUBA	FLORENTINO FRADE STA. BARBARA
761	8.3.1953	NOVA TIMBOTEUA	S. SEBASTIÃO BOA VISTA	SEDE STA. LUZIA GUAJARA	
			STA. MARIA PARA	SEDE TIMBOTEUA VELHA	
			PEIXE BOI	SEDE TACIATEUA	
1.844	30.12.959	ORIXIMINA		SEDE TAUARIZINHO	JABURU
			FARO	SEDE TERRA SANTA	
3.653	27.1.1966	OUREM		SEDE TENTUGAL	

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
4.660	9.9.1976	PARAGOMINAS	CAPITÃO POÇO	JACAREQUARA TUPINAMBA PIQUIAUIRA SEDE	SEDE AGUA AZUL CONCEIÇÃO
1.023	1.5.1880	SÃO MIGUEL DO GUAMA		SEDE CAJÚ URUCURI URUCURITEUA	SEDE
			BONITO	SEDE	SEDE
			IRITUIA	SEDE MATURI	STO: ANTONIO CUMARU STA. RITA DURÃO
			S. DOMINGOS CAPIM	SEDE	SÃO GREGÓRIO VILA CONCEIÇÃO VOLTA GRANDE
				SEDE	SANTANA DO CAPIM BADAJÓS
				RODON S. PEDRO DO CAPIM	
4.660	9.9.1976	SANTANA DO ARAGUAIA		SEDE BARREIRA BRANCA	



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
1.065	25.6.1881	SOURE .....	SALVATERRA	SEDE PESQUEIRO SEDE CONDEIXA COMBU JOANES JUBIM	
3.653 674	27.1.1966 21.9.1871	TOME AÇU .....	SEDE	MONSARÁS SEDE	
	8.3.1953	NOVA TIMBOTEUA		SEDE PORTO SALVO STA. ROSA DA VIGIA PENHALONGA	
	17.9.1960		S. CAETANO ODIVELAS	SEDE PERSEVERANÇA S. JOÃO DA PONTA VILA NOVA	
	8.9.1839		SEDE COLARES STO. ANTONIO TAUÁ	S. JOÃO DOS RAMOS SEDE JUÇARATEUA SEDE	
	27.1.1966			S. RDO. BORRALHOS E. SANTO DO TAUÁ	
28	30.7.1892	WISEU .....	SEDE	SEDE CAMIRANGA FERNANDO BELO SÃO JOSÉ DO PIRIA S. JOSÉ DO GURUPI	

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
	1930	ABAETETUBA .....	ABAETETUBA	SEDE BEJA URUBUEUA TUCUMANDUBA ARAPUPU MARACAPUCU MAÚBA	COLÔNIA DR. JOÃO MIRANDA
	29.3.1883	ALENQUER .....	ALENQUER	SEDE CURUÁ PARANÁ-MIRI CUIPEUA	SEDE
4	30.10.930	ALTAMIRA .....	SEN. JOSÉ PORFIRIO	SEDE IRIRI VITÓRIA SEDE	SEDE BACAJA VOLTA GRANDE
			SÃO FELIX DO XINGU	SEDE GRADAUS	
17	9.9.1839	BRAGANÇA .....		ALMOÇO BACURITEUA CARATATEUA NOVA MOCAJUBA	

PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
 DO ESTADO DO PÁRA  
 BIBLIOTECA



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
1.085	25.8.1891	SOURÉ	SALINÓPOLIS	JABAROCA JAPERICA S. JOÃO DE PIRABAS SEDE SÃO BENTO	
	1934	CASTANHAL .....		SEDE APEÚ SEDE	SEDE
	21.9.1871		INHANGAPI S. FRANCISCO PARA	JANDIAI SEDE JAMBUAÇU	SEDE
1.069	5.11.1908	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA		SEDE S. GERALDO ARAGUAIA REDENÇÃO	GAMELEIRA CABELEIRAS STA. TEREZA MORRO AREIA SEDE
147	7.5.1890	CURUÇA .....	CURUÇA	SEDE LAURO SODRÉ PONTA DE RAMOS TERRA ALTA MURAJÁ B. VISTA IRIRITEUA	

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
226	28.11.890	ITAITUBA .....	SEDE	MUTUCAL ARAQUAIN NAZARÉ DO MOCAJUBA VISTA ALEGRE	
			AVEIRO	SEDE SÃO LUIZ TAPAJÓS SEDE PINHAL BRASÍLIA LEGAL	JACARÉ-A-CANGA FORDLÂNDIA
1.278	27.2.1913	MARABÁ .....	ITUPIRANGA S. JOÃO ARAGUAIA	SEDE IPIXUNA SEDE S. RDO: ARAGUAIA CACHOEIRA GRANDE	SEDE
520	23.9.1867	ÓBIDOS .....		SEDE FLEXAL SEDE LAGO DO SALÉ	CUMINÁ-MIRI PARANÁ DE BAIXO SEDE LAGO GRANDE V. FRANÇA
147	7.5.1890	PONTA DE PEDRAS .....	SEDE	SEDE ANABIJÚ ANAJÁS MUTA	



LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
844	30.12.959	SANTA IZABEL DO PARA	BENEVIDES	SEDE AMERICANO CARAPARU SEDE BENFICA SANTA BÁRBARA	
	1833	SANTARÉM		SEDE TAPARA ALTER DO CHÃO ARAPIXUNA BOIM BELTERRA CURUAI MOJUI DOS CAMPOS	ITUQUI
844	30.12.959	TUCURUI	JACUNDA	SEDE REMANSÃO SEDE	MATACURÁ NAZARÉ DOS PATOS

LEI	DATA	COMARCAS	TERMOS JUDICIÁRIOS	DISTRITOS	SUBDISTRITOS
87	30.4.1841	CAMETA	AUGUSTO CORRÊA	NOVA CANINDÉ PIABAS TIJOCA TRACUATEUA URUMAJÉ ATURIAI IMBORAI ITUPIXUNA	
			MOCAJUBA	SEDE CARAPAJÓ CURUÇAMBABA V. CARMO TOCANTINS JOANª COELI JUABA S. RDO. FURTADOS	MOIRABA
			LIMOEIRO DO AJURU	SEDE MANJEIRO S. PEDRO DE VISEU SEDE	TIMBAI-AÇU MANGABRIBA PROVIDÊNCIA SEDE CONCEIÇÃO
189	20.12.949	CAPANEMA	PRIMAVERA	SEDE MIRASSELVAS TAUARI SEDE QUATIPURU	



## MATERIAL PERMANENTE

### UNIDADES ATENDIDAS

MESA TIPO CHEFIA C/ 6 GAVETAS: Chaves (01), Secretaria do T.J.E. (01), Maracanã (01), Mocajuba (01), Altamira (01), Moju (01), Tomé Açú (02), São Miguel do Guamá (01), Aveiro (02), Breves (01), Bagre (01), Tucuruí (04), Jacundá (01), Abaetetuba (01), Ponta de Pedras (01), Marabá (02).

MESA C/ 03 GAVETAS: Marabá (01), Altamira (01), Igarapé-Miri (01), Repartição Criminal (01), São Francisco do Pará (01), Tomé Açú (02), Anajás (01), Aveiro (02), Tucuruí (02), Abaetetuba (03), Ponta de Pedras (02), Breves (02), Colares (01).

ARMÁRIO EM MADEIRA C/ 2 PORTAS: Colares (01), Breves (01), Bagre (01), Jacundá (01), Tucuruí (02), Moju (01), Abaetetuba (01), Ponta de Pedras (01), Peixe Boi (01), Marabá (02), Anajás (01), Chaves (01), Mocajuba (01), Altamira (01), Tomé Açú (02), São Miguel do Guamá (01), Aveiro (02).

ARMÁRIO EM AÇO: Sala da Revista (01), Repartição Criminal (01), Secretaria do T.J.E. (01).

CADEIRA FIXA S/ BRAÇO EM MADEIRA: Chaves (06), Tucuruí (05), Mocajuba (04), Altamira (12), Abaetetuba (21), São Francisco do Pará (02), Moju (06), Tomé Açú (10), Aveiro (10), Colares (04), Breves (06), Oeiras do Pará (04), Ponta de Pedras (06), Bagre (03), Marabá (12), Igarapé-Miri (02), Anajás (06).

POLTRONA C/ RODÍZIO: Jacundá (01), Breves (01), Bagre (01), Tucuruí (04), Abaetetuba (01), Ponta de Pedras (01), Anajás (01), Marabá (02), Colares (01), Chaves (01), Maracanã (01), Mocajuba (01), Altamira (01), São Francisco do Pará (01), Moju (01), Tomé-Açú (02), São Miguel do Guamá (01), Aveiro (02), Gabinete do Des. Cacella (03), Juiz de Direito (01).

CADEIRA ESTOFADA: Chaves (02), Anajás (02), Secretaria (01), Mocajuba (02), Altamira (06), São Francisco do Pará (01), Tomé-Açú (04), São Miguel do Guamá (02), Aveiro (04), Breves (02), Tucuruí (05), Abaetetuba (02), Oeiras do Pará (01), Ponta de Pedras (01), Peixe Boi (01), Marabá (03).

MESA P/ REUNIÃO: Chaves (01), Altamira (01), Moju (01), Tomé-Açú (01), São Miguel do Guamá (01), Aveiro (01), Colares (01), Breves (01), Abaetetuba (02), Tucuruí (01), Oeiras do Pará (01), Ponta de Pedras (01), Breves (01), Marabá (01), Anajás (01).

APARELHO DE AR CONDICIONADO: Taquigrafia (01), Gabinete do Secretário (01), Gabinete do Des. Cacella/Aluizio (01), Gab. do Des. ARY ALMIR (01), Tesouraria (01), Corregedoria (01), Gabinete do Des. Lassance/Stélio (01).

FOGÃO C/ 2 BOCAS: Altamira (01), Tomé Açú (01), Aveiro (01).

MÁQUINA DE ESCREVER: Juizes do Cível (08), Juizes do Crime (06), Pretores do Cível (02), Pretores do crime (04), Colares (01), Jacundá (01), Bragança (01), Ponta de Pedras (01), Monte Alegre (01), Bonito (01), Primavera (01), Tomé Açú (01), Aveiro (01), Igarapé Miri (01), Oeiras do Pará (01), Afuá (01), Corregedoria (01), Abaetetuba (01).

VENTILADORES DE TETO: Tribunal do Juri (11).

CADEIRAS EM MADEIRA C/ PALINHA: Tribunal do Juri (42).

TRIBUNAS: Tribunal do Juri (02).

BANCADA DO JUIZ: Tribunal do Juri (01)

BANCADA DO JURI: Tribunal do Juri (04)

TAMPO DE VIDRO DE 5 CM. P/ AS BANCADAS: Tribunal do Juri

MESA P/ OPERADOR DE SOM: Tribunal do Juri (01)

MÁQUINA CALCULADORA: Diretoria Administrativa (01), Pessoal (01), Contabilidade (01)

MÁQUINA XEROX: Secretaria do T.J.E. (Alugada)

GUILHOTINA: Secretaria do T.J.E. (01)

ESTERILIZADOR: Copa (01)

GELADEIRA: Copa (01)

LIQUIDIFICADOR: Copa (01)

XÍCARA: Copa (48)

COPOS: Copa (94)

### OUTROS SERVIÇOS

Recuperação de cadeiras, mesas, vitrificação da Sala da Biblioteca e Juizes, Pintura na parte interna do Prédio, consertos de máquinas de escrever e calcular, consertos de aparelho de ar condicionado, limpeza, conservação do Prédio, recuperação de uma Máquina impressora (off-set), consertos dos carros, etc.

### MATERIAL DE CONSUMO

COMARCAS ATENDIDAS: Castanhal, Bragança, Tomé-Açú, Paragominas, Viseu, Ponta de Pedras, Curuçá, São Miguel do Guamá, Igarapé-Açú, Breves, Igarapé-Miri, Conceição do



Araguaia, Tucuruí, Cametá, Abaetetuba, Moju, Marapanim, Vigia, Altamira, Óbidos, Monte Alegre, Gurupá, Nova Timboteua, Capanema, Maracanã, Chaves, Santa Izabel do Pará, Santarém, Cachoeira do Arari, Anajás, Muaná, Baião, Afuá, Ourém.

**TERMOS ATENDIDOS:** Mocajuba, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Itaituba, Salvaterra, Tomé-Açu, Bagre, Cachoeira do Arari, Melgaço, Colares, Primavera, Limoeiro do Ajuru, Portel, Curuçá, Barcarena, Igarapé-Açu, Oeiras do Pará, Viseu, Itupiranga, Magalhães Barata, São Domingos do Capim, Aveiro, Salinópolis, Capitão Poço, São Sebastião da Boa Vista, Bonito, Anajás, Ponta de Pedras, São Francisco do Pará, Igarapé-Miri, Jacundá.

**UNIDADES ATENDIDAS:** Gabinete da Presidência, Gabinete da Vice-Presidência, Gabinete dos Desembargadores, Diretoria Administrativa, Secretaria, Setor de Contabilidade, Setor de Pessoal, Setor Médico, Setor da Revista, Setor de Taquigrafia, Biblioteca, Museu Judiciário, Cartórios, Setor de Transportes, Copa. Diretoria do Forum (que distribui para todos os Juizes, Pretores e Funcionários). Diretoria da Repartição Criminal (que distribui para todos os Juizes, Pretores e funcionários). Corregedoria Geral da Justiça.

### MOVIMENTO DA BIBLIOTECA

	Livros *	Periódicos
Empréstimos	342	057
Consultas	181	052
Compras	021	140
Doações Recebidas	121	323
Permutas Recebidas	027	055
Títulos Processados	178	242
Volumes Processados	204	304
Publicações enviadas em Permuta	017	070
Entrega de Publicações	049	320
Assinaturas Nacionais	—	005
Registro de Publicações	121	260

Levantamento do Acervo da Biblioteca

Livros: 1.745

Periódicos: 2.412

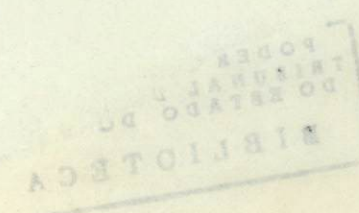
Total de Publicações: 4.157

### CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Ofícios Expedidos .....	1.202
Ofícios Recebidos .....	167
Telegramas Expedidos .....	66
Telegramas Recebidos .....	05
Reclamações .....	120
Pedidos de Providências .....	23
Representações .....	21
Recursos encaminhados ao CM .....	14
Portarias .....	42
Portarias Normativas .....	06
Provimentos .....	07
Circulares .....	16
Pedidos de Correição .....	—
Pedidos de Reconsideração .....	03
Pareceres .....	132
Decisões .....	131
Provimento Sobre Terras (Decisões) .....	06
Correições .....	07
Inspeções .....	03
Sindicâncias .....	17
Processos Administrativos .....	16
<b>ASSESSORIA DA CORREGEDORIA:</b>	
Precatórias Providenciadas .....	72

### SESSÕES REALIZADAS

1ª CÂMARA PENAL ISOLADA .....	35
2ª CÂMARA PENAL ISOLADA .....	38
3ª CÂMARA PENAL ISOLADA .....	37
1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA .....	35
2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA .....	38
3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA .....	37
CÂMARAS PENAIIS REUNIDAS .....	38
CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS .....	39
TRIBUNAL PLENO .....	33





N.Cham. 341.4192509811 P221r F

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório da Presidência : exercício de 1980.



2108

1554

Ex.1 TJE-PA BC

amento do Acervo da Biblioteca  
PODER  
TRIBUNAL  
DO ESTADO DO PARÁ  
BIBLIOTECA



  
IMPRESA OFICIAL

3  
P  
F  
E